

Secretaria Executiva de
Assistência Social

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO

VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL



Censo SUAS

Ano de referência: 2020

Análise do Questionário CRAS

O Artigo 91 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) 2012¹ discorre que constituem responsabilidades comuns à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios acerca da área de Vigilância Socioassistencial: analisar periodicamente os dados dos sistemas de informação do SUAS, utilizando-os como base para a produção de estudos e indicadores e coordenar, de forma articulada com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, as atividades de monitoramento da rede socioassistencial, de forma a avaliar periodicamente a observância dos padrões de referência relativos à qualidade dos serviços ofertados.

Nesse sentido, iniciamos o estudo acerca dos questionários do Censo SUAS (base 2020), o qual tem a finalidade de coletar informações sobre os padrões dos serviços, benefícios programas e projetos socioassistenciais executados por unidades públicas de assistência social e organizações cadastradas no CadSUAS, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social.

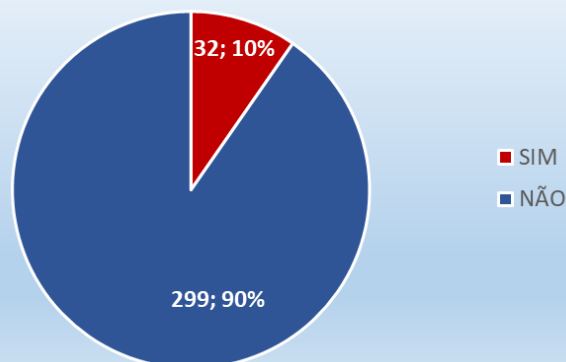
Após análise e socialização de algumas questões do Centros Dia e similares, eis aqui a análise de alguns pontos do questionário CRAS. No Censo SUAS 2020 Pernambuco obteve taxa de 100% de participação dos CRAS; na ocasião eram 331 CRAS em atividade (atualmente são 334 unidades).

1 https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

Estrutura Física – Compartilhamento

Entre os 331 CRAS participantes do Censo SUAS 2020, **10% (32 unidades) informaram compartilhar² o imóvel**, porém, vale destacar que nenhuma destas unidades compartilham o espaço com Associação Comunitária, Entidades ou Organização da Sociedade Civil de Assistência Social e Organizações da sociedade civil de outras áreas. Caso contrário, colocaria a Dimensão Estrutura Física da unidade no nível 1 do ID CRAS, conforme consta na Nota Técnica nº 27/2015/DGSUAS/SNAS/MDS³.

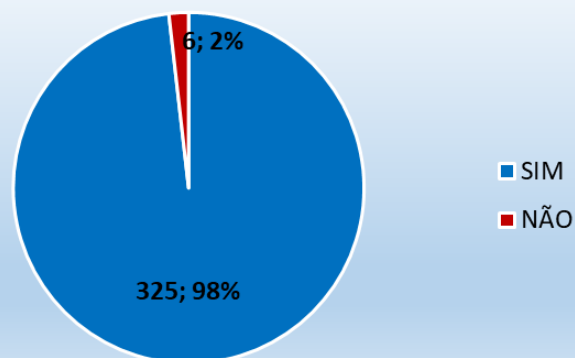
O imóvel de funcionamento deste CRAS é compartilhado?



Estrutura Física – Recepção

Ainda sobre a estrutura física, chama atenção o fato de 2% dos CRAS (06 unidades) não possuírem recepção em seu espaço físico. Todas essas unidades estão localizadas em municípios da Região Metropolitana, sendo 05 municípios de Grande Porte e 01 Metrópole. O destaque para essa questão se dá pelo fato de que, de acordo com a Nota Técnica anteriormente citada, o item **recepção** é condição para que a unidade se mantenha em pelo menos no nível 3 na Dimensão Estrutura Física.

Possui Recepção?



² Secretaria da Assistência Social ou congênere, outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Administração Regional, Subprefeitura, etc.), Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, outra unidade pública de serviços da Assistência Social, Unidade de Saúde, Estação Cidadania/Praça do CEU (esporte e/ou cultura), Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

³ http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Vigil%C3%A2ncia%20Socioassistencial/NT%20IDCRAS%20e%20IDCREAS_final.pdf

Estrutura Física – Sala de atendimento para pelo menos 15 pessoas

Independentemente da quantidade de famílias referenciadas, para manter-se em pelo menos no nível 4 na Dimensão Estrutura Física do ID CRAS, cada unidade deve ter, entre outros itens, pelo menos 01 sala com capacidade para 15 pessoas ou mais. E o que se observa nos dados do Censo SUAS 2020 é que 29% dos CRAS não possuem esse cômodo (96 unidades).

Estrutura Física – Banheiros

No que se refere a disponibilidade de banheiros, para manter-se em pelo menos no nível 4 na Dimensão Estrutura Física do ID CRAS, cada unidade deve ter, entre outros itens, pelo menos 02 banheiros; aqueles equipamentos que só possuem 01 banheiro limitam-se ao nível 2 ou 3, a depender de outras questões essenciais em cada nível. A ausência deste item no equipamento o rebaixa para o nível 1.

A esse respeito, os dados do Censo SUAS indicam 02 CRAS com ausência de banheiro, sendo 01 unidade em município de Pequeno Porte 1 e outro Metrópole⁴.

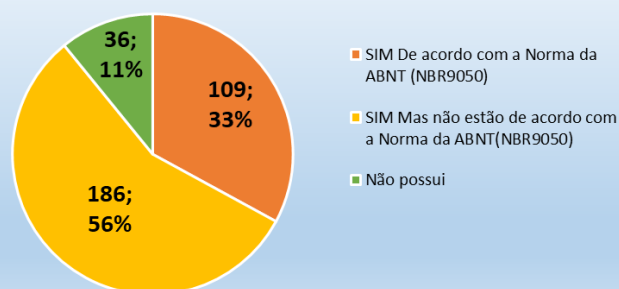
Estrutura Física – Acessibilidade

Quanto à acessibilidade, para atingir o nível 5 na Dimensão Estrutura Física, faz-se necessário possuir – entre outras exigências - acessibilidade total, que se refere ao (A) acesso principal adaptado com rampa, (B) rota acessível aos espaços internos do CRAS, (C) inclusive ao banheiro e (D) banheiro adaptado. Sobre esses pontos os dados do Censo SUAS 2020 revelam:

⁴ Tendo em vista se tratar de um item essencial em todo e qualquer espaço, buscamos qualificar tais informações e em contato com os municípios concluímos que em um deles trata-se de registro equivocado, no outro trata-se de Centro Comunitário com diversos equipamentos públicos, no qual os banheiros são compartilhados.

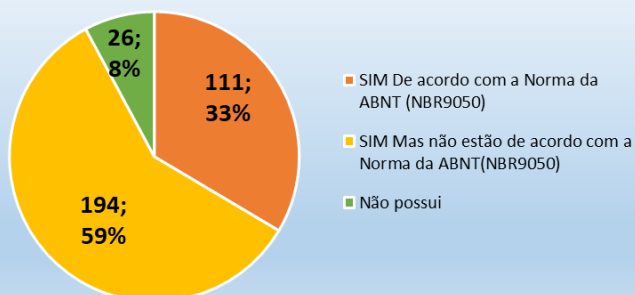
A - Acesso principal adaptado com rampa – responderam sim **295 CRAS**, entre os quais 56% (186 unidades) responderam que não estão de acordo com a Norma da ABNT⁵ e 33% (109 unidades) responderam que estão de acordo com a referida Norma. Portanto, ficam de fora desse primeiro grupo um total de 36 CRAS, o que representa uma taxa de 11%.

Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS



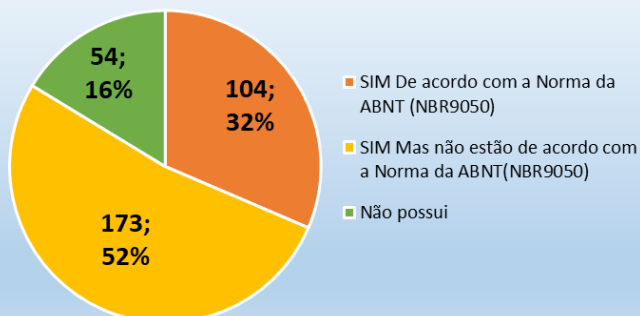
B - Rota acessível aos espaços internos do CRAS – Responderam sim **305 CRAS**, entre os quais 59% (194 unidades) responderam que não estão de acordo com a Norma da ABNT e 33% (111 unidades) responderam que estão de acordo com a referida Norma. Ficam de fora desse segundo grupo um total de 26 CRAS, o que representa uma taxa de 8%.

Rota acessível aos espaços do CRAS (recepção, salas de atendimento e espaços de uso coletivo)



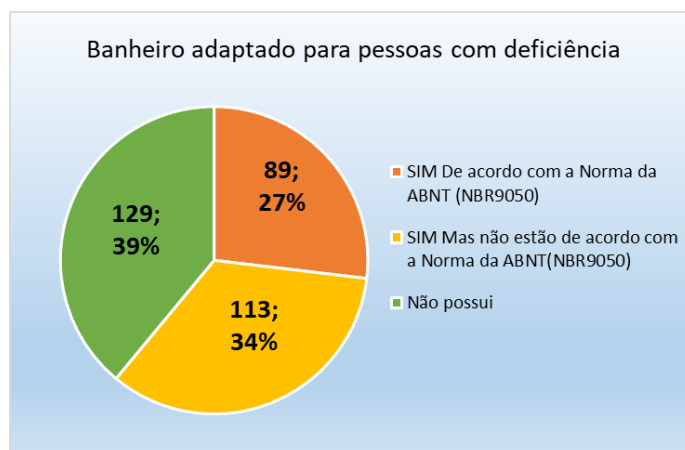
C - Rota acessível ao banheiro – Responderam sim um total de **277 CRAS**, entre os quais 52% (173 unidades) responderam que não estão de acordo com a Norma da ABNT e 32% (104 unidades) responderam que estão de acordo com a referida Norma. Ficam de fora desse terceiro grupo um total de 54 CRAS, o que representa uma taxa de 16%.

Rota acessível ao banheiro



⁵ Associação Brasileira de Norma Técnica – NBR9050 - http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf

D - Banheiro adaptado - Responderam sim um total de **202 CRAS**, entre os quais 34% (113 unidades) responderam que não estão de acordo com a Norma da ABNT e 27% (89 unidades) responderam que estão de acordo com a referida Norma. Ficam de fora desse quarto grupo um total de 129 CRAS, o que representa uma taxa de 39%.



O resultado dessa análise revela que para a variável acessibilidade, compõem o conjunto dos 04 critérios acima descritos para o nível 5 o total de **189 CRAS**, número que representa 57% das 331 unidades ativas no período analisado.

Para os níveis 4 e 3 é aceitável acessibilidade parcial, que se refere à rota acessível aos espaços internos do CRAS, inclusive ao banheiro. Esta análise revelou que 24% dos CRAS atendem tais critérios (**81 unidades**), ficando de fora dos três primeiros níveis no critério acessibilidade 18% dos CRAS (**61 unidades**).

Estrutura Física – equipamento

Para atingir o nível 5 na Dimensão Estrutura Física, particularmente no que se refere aos equipamentos, os municípios devem possuir, entre outros itens, computadores conectados à internet⁶; impressora, telefone, veículo exclusivo ou compartilhado.

Sobre essa condição os dados do Censo SUAS 2020 mostram a seguinte situação: 1% dos CRAS não possui computador com acesso à internet (02 unidades); 5% dos CRAS não possuem impressora - (15 unidades); 28% dos CRAS não possuem telefone - fixo ou celular próprio - (93 unidades); 4% dos CRAS não possuem veículo – exclusivo ou compartilhado - (14 unidades).

⁶ 02 unidades para municípios que referencial entre 2.500 famílias ou 3.500 famílias ou 03 unidades para aqueles que referencial 5.000 famílias

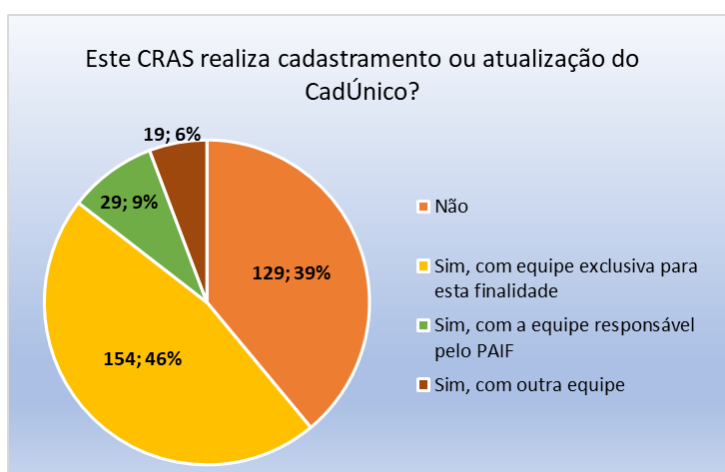
Em relação à Estrutura Física, particularmente no que se refere ao espaço físico, é importante ponderar que a maioria dos CRAS não possuem prédio próprio, 65% são alugados (215 unidades) e 5% cedidos (18 unidades), fato que limita ampliação e adequação à necessidade desses equipamentos.

Cadastramento ou atualização do CadÚnico

Outra questão analisada no Censo SUAS 2020 refere-se ao cadastramento ou atualização do CadÚnico, tendo em vista que essa variável também é utilizada para aferição do ID-CRAS, conforme discorre a Nota Técnica nº 27/2015/DGSUAS/SNAS/MDS. Um dos requisitos para atingir o nível 5 na Dimensão Serviços e Benefícios diz respeito a realização no próprio CRAS do cadastramento ou atualização cadastral do CadÚnico, sem utilizar para isso os profissionais de nível superior do PAIF.

Sobre essa questão os dados do Censo SUAS 2020 (gráfico abaixo) revelam que **39% dos CRAS (129 unidades)** responderam **não realizar** cadastramento/atualização cadastral do CadÚnico no próprio CRAS; e **9% (29 unidades)** realizam tal ação no CRAS, porém **com a equipe responsável pelo PAIF**, ou seja, este resultado já impede os 158 municípios de atingirem o nível 5 na referida Dimensão.

Atendem a condição ideal para realização de cadastramento e atualização cadastral do CadÚnico no CRAS 173 equipamentos, sendo **46% (154 unidades) com equipe exclusiva** para esta finalidade e **6% (19 unidades) com outra equipe**.



Considerações Finais

A análise do Questionário dos CRAS no Censo SUAS 2020 ocorre com a intenção de **sinalizar a importância de qualificar a oferta dos serviços**, a qual se apresentará através dos indicadores, sobretudo nos Índices de Desenvolvimento dos CRAS – IDCRAS, bem como **reforçar a necessidade de qualificar a inserção dos dados no Sistema**, evitando dados divergentes e discrepantes. Para tanto, o papel da Vigilância Socioassistencial de cada município é indispensável nesse processo.

Infelizmente não tivemos tempo hábil para aprofundar a análise deste instrumental, mas instigamos as equipes municipais a dar continuidade a este estudo, tanto dos dados dos CRAS, quanto dos demais questionários do Censo SUAS⁷. E finalizamos lembrando o que rege a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS⁸.

Art. 94. Constituem responsabilidades específicas dos Municípios e do Distrito Federal acerca da área da Vigilância Socioassistencial, (...) VII - coordenar, em âmbito municipal ou do Distrito Federal, o processo de preenchimento dos questionários do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas.

⁷ Os dados são públicos e podem ser extraídos por meio do link <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>

⁸ https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

Secretaria Executiva de
Assistência Social
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO



EXPEDIENTE

Documento elaborado pela Secretaria Executiva de Assistência Social (SEASS) através da Coordenação de Vigilância Socioassistencial em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Cidadania – CDC

Coordenadora de Vigilância Socioassistencial
Michelle Rodrigues de Lima

Equipe Técnica de Vigilância Socioassistencial
Fátima Maria Ferreira Barbosa, Francisco Godoy e Sidney Marques Cavalcanti

Rua Gervásio Pires, 399 - 2º Andar - Bairro Boa Vista - Recife - PE - CEP: 50050-070
Telefone: (81) 3183 - 0716 / E-mail: vigilanciasocioassistencialpe@gmail.com